

Delfim e PDS negociam o pacote segunda-feira

O pacote das estatais será o principal tema a ser abordado pelos líderes e vice-líderes do PDS, no Senado e na Câmara, e pela deputada Ivete Vargas, presidente do PTB, durante encontro que manterão, nesta segunda-feira, com o ministro do Planejamento, Delfim Netto. A informação é de um parlamentar do partido do governo, ressaltando que o assunto será apresentado à classe política em função das prováveis repercussões, uma vez que haverá cortes substanciais das despesas de custeio das empresas estatais.

Em segundo plano, de acordo com informação do parlamentar, os políticos entrarão em entendimentos com a área econômica, visando traçar a estratégia a ser adotada pelo bloco da maioria, formado em decorrência da aliança PTB/PDS — por ocasião da exposição do ministro Delfim Netto, nesta quarta-feira, na Câmara dos Deputados.

Tanto o PDS, como o PTB — informou o pedessista — atuarão como linha auxiliar do ministro, que deverá receber indagações enérgicas dos deputados oposicionistas. Isto explica, inclusive, a presença da presidente do PTB, Ivete Vargas, no encontro com o ministro do Planejamento pois esta é a primeira vez que o bloco da maioria atua em socorro de um ministro de Estado.

Mas a defesa já começou. Ontem, através de comunicação de liderança, o PTB conclamou a busca de soluções ao invés de hostilidade e lutas de classes. Há quem aposte que a postura do PTB será determinada por esta linha.

“A situação não permite mais qualquer tipo de ilusão”. A

constatação — considerada bem vinda, ainda que tardia, por alguns oposicionistas — é do líder do PTB, Celso Peçanha ao analisar a situação econômica e social do país. Segundo ele, não se pode deixar que a crise mergulhe no caos econômico e na explosão social.

— Vejo — disse ele — a angústia da juventude e o desespero dos desempregados, a aflição dos funcionários e o temor dos assalariados. Não é possível que os políticos, numa hora tão grave para a nação, preguem a hostilidade e a necessidade de lutas de classe.

Ainda nesse sentido, Peçanha enfatizou que a classe política deve refletir em torno desses problemas, argumentando que a nação encontra-se mergulhada num desentendimento geral.

“Nesta hora — continuou — conclamo todos os partidos políticos para a união, não em torno dos desacertos ou dos erros da área econômica, mas em busca de soluções para superar a crise que atravessamos”.

EXPURGO

O vice-líder do governo no Senado, Carlos Alberto (PDS-RN), informou, ontem que o expurgo do INPC dos aumentos do trigo e do petróleo são, até momento, as duas únicas medidas decididas pelos ministros da área econômica, que deverão reunir-se com a liderança pedessista. Conforme Carlos Alberto, durante a reunião haverá o confronto da posição dos políticos com a orientação dos técnicos, para uma decisão final.

Preocupado com os anunciados expurgos dos salários, o senador governista comentou

que “de nada adiantará o governo penalizar a classe trabalhadora, promovendo a desindexação dos salários, se não autorizar cortes profundos nas estatais, que constituem uma casta de privilegiados no país”.

Pessoalmente, contudo, o senador pelo Rio Grande do Norte acha difícil a situação do governo diante da necessidade de introduzir cortes nas estatais, sobretudo tendo em vista a grande mobilização que seus funcionários vem articulando no país. Para Carlos Alberto, qualquer medida mais drástica no setor poderá levar a uma reação da categoria, de paralisação de alguns serviços básicos.

NOVO ADIAMENTO

O decreto-lei que muda a política de pessoal das empresas estatais só deve ser levado à aprovação do presidente Figueiredo na terça-feira e não mais na segunda, como se previa antes, porque ele não dará expediente no Palácio do Planalto.

A informação foi dada ontem pelo porta-voz da Presidência da República, Carlos Atila. Segundo ele Figueiredo retorna do Rio, onde se encontra, as 11 horas da segunda-feira, seguindo direto para a Granja do Torto, limitando-se apenas a gravar o programa “O Povo e o Presidente”, da TV Globo, no início da tarde.

Na segunda-feira, contudo, de acordo com técnicos que trabalham na elaboração do decreto-lei, estará pronta a minuta final, já com a participação do Gabinete Civil, ao qual a versão do Ministério do Planejamento foi entregue quinta-feira.